

UNIDADE 4 – EMPREGO E O DESEMPREGO

MÓDULO 1 – CONCEITOS BÁSICOS DE MERCADO DE TRABALHO

01

1 - EMPREGO X DESEMPREGO

A economia brasileira na década de 1990 apresentou diversas transformações estruturais em relação aos anos anteriores. Entre elas, cita-se a retomada da abertura comercial, estabilidade de preços e a tendência à valorização da moeda interna frente ao dólar americano, bem como a aceleração da modernização das atividades produtivas.



A abertura comercial, iniciada no governo Collor de Mello (1990 – 1992), representou um incentivo para as empresas localizadas no país investirem recursos na modernização de seus parques industriais. Nesse contexto, deve ser acrescentada a redução tarifária de importação e a diminuição das restrições não tarifárias às importações existentes, que por sua vez permitiram um aumento na oferta e na qualidade de bens e serviços disponíveis no mercado interno.

02

Se, por um lado, um aumento da concorrência propiciou maior diversidade de opções para os consumidores, por outro, representou um duro impacto para a indústria nacional, que, em sua maior parte, não estava preparada para o aumento da concorrência. Frente a essa situação, o setor industrial e os demais setores que estavam expostos à concorrência dos importados defrontaram-se com um dilema: ou ajustavam suas estruturas de produção ou não sobreviviam.

Cabia, em última instância, ao mercado escolher as firmas sobreviventes.

Para as firmas sobreviventes, a adoção de novos e mais modernos processos de gestão e produção foi o caminho encontrado para a continuação de suas atividades. Setores como: vestuário, calçados e brinquedos foram os que mais sofreram com a concorrência importada, enquanto nos mais tradicionais, como o alimentício, os efeitos foram menos sentidos.

Em linhas gerais, a abertura comercial sinalizou um aumento no processo de modernização produtiva e afetou de forma bastante heterogênea a base produtiva.

03

A modernização produtiva e a abertura comercial indicaram mudanças substanciais para o mercado de trabalho brasileiro, tanto de forma quantitativa como qualitativa.



Nesse ambiente de constantes alterações, o perfil do trabalhador exigido pelo mercado de trabalho é substancialmente diferente da mão de obra empregada.

A introdução de novas técnicas de gestão e produção passou a exigir do trabalhador moderno a capacidade de adaptar-se às mudanças muito mais elevadas do que o verificado pelo operário moldado dentro do modelo de produção tradicional. Em linhas gerais, nesse modelo, a super especialização do trabalhador em poucas atividades não exige da força de trabalho grau de escolaridade avançado. Cabe ao empregador treinar seus empregados nas tarefas necessárias à produção.

04

Com a modernização produtiva, o tipo de trabalho gerado solicita do trabalhador uma maior capacidade para a tomada de decisões e um maior nível de destreza na execução de suas tarefas. Essas mudanças

no mundo do trabalho são denominadas pelos especialistas de modelo pós-fordista. Ele aponta para a descentralização das decisões e menor hierarquização do trabalho.



Todavia, as mudanças nas organizações empresariais não ocorrem de forma homogênea. A introdução de novos modelos de gestão se verifica de modo bastante heterogêneo, ocorrendo de modo mais acentuado nos mercados mais expostos à concorrência externa e de forma mais incipiente nos setores mais protegidos.

05

A introdução de novos modelos de gestão e produção aliada à aquisição de novas máquinas e equipamentos permitiram um aumento na produtividade industrial.



06

Cabe destacar que, nos anos 80, a economia brasileira passava por um crítico período recessivo. A literatura econômica tem sinalizado que, sem crescimento econômico, é praticamente impossível à economia gerar novos postos de trabalho, ou seja, o emprego pode crescer com o aumento da atividade e não o contrário.

Atualmente, o emprego é uma das principais questões debatidas pelos economistas e por toda a sociedade. No Brasil, um dos principais pontos discutidos refere-se à incapacidade da economia nacional de gerar, anualmente, novos postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver o grande fluxo de novos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho.

Crescimento Econômico x Desemprego

Período	Crescimento Médio do PIB	Taxa de Desemprego (média)
1982-1992	2,6	5,0
1992 - 2002	2,7	6,2

Fonte: Wold Bank: Monthly Report of Macroeconomics Indicators

Como consequência direta desse problema, verifica-se tendência de aumento nas taxas de desemprego durante a última década do século XX e início do século XXI.

07

Na tabela a seguir, estão sinalizados os comportamentos apresentados pelas taxas de desemprego na Grande São Paulo, entre 1991 e 2002.

Os dados contidos nessa fonte sinalizam uma tendência de aumento do desemprego, não importando a fonte de dados da pesquisa (PME ou PED).

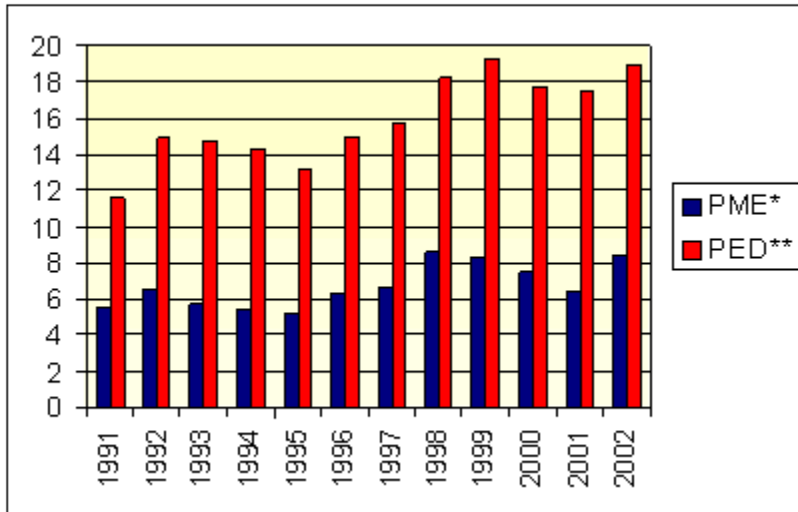
Taxa de Desemprego na Grande São Paulo: 1991 – 2002

	<u>PME*</u>	<u>PED**</u>
1991	5,5	11,6
1992	6,5	14,9
1993	5,7	14,7
1994	5,4	14,3
1995	5,2	13,2
1996	6,3	14,9
1997	6,6	15,7
1998	8,6	18,2
1999	8,3	19,3
2000	7,5	17,7
2001	6,4	17,5
2002	8,4	19,0

Fonte: Conjuntura Econômica, jan 2002.

* Pesquisa Mensal de Emprego – PME.

** Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.



Os dados a seguir mostram outra situação preocupante. A qualidade dos postos de trabalho está piorando nas seis maiores regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

A **Pesquisa Mensal de Emprego – PME** indicou, ao longo dos anos 1990, aumento considerável na proporção dos empregos sem carteira assinada em relação ao total de emprego gerado. Em outras palavras, verifica-se tendência para a precarização da qualidade do emprego por meio da redução do emprego formal em benefício do emprego informal e do aumento de trabalhadores autônomos.

Por emprego precário, entende-se por aqueles postos de trabalho em que não são cumpridos os benefícios que a carteira assinada pode proporcionar, tais como: 13º salário, férias, seguro maternidade etc.

A PME é uma pesquisa de periodicidade mensal sobre mão de obra e rendimento do trabalho. Os dados são obtidos de amostra representativa de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados nas seis maiores Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A pesquisa segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho e objetiva produzir resultados que facilitem a análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação em nível internacional. Assim, os procedimentos metodológicos visam a separar os indivíduos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalho e os inativos).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, com objetivo de captar, por meio de amostra significativa, informações sobre o mercado de trabalho urbano. É realizada mensalmente, desde outubro de 1984, na Região Metropolitana de São Paulo. A pesquisa é fruto de convênio entre a Fundação

SEADE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE e vem fornecendo dados para o acompanhamento da evolução conjuntural e análise das características e transformações na estrutura do mercado de trabalho regional.

08

Os dados na tabela seguinte apresentam um quadro fiel desse problema no Brasil. Eles mostram que, em 1991, quase 21% dos trabalhadores não tinham sua carteira de trabalho assinada. Em 1999, esse percentual sobe para aproximadamente 26,5%.

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total das principais regiões metropolitanas	
Ano	Total
1991	20,81
1992	22,15
1993	22,99
1994	23,67
1995	24,08
1996	24,79
1997	24,82
1998	25,43
1999	26,39

Fonte: IPEA

09

Como é mensurada a taxa de desemprego?

Quando o governo divulga que a taxa de desemprego está aumentando ou diminuindo, em geral, fica na mente das pessoas a seguinte pergunta:

Como o Governo calcula as taxas de desemprego ou qual a metodologia empregada para se obter estes resultados?

Para se medir uma taxa de desemprego, é necessário que se cumpram alguns requisitos.

Por exemplo:

1. Realizar pesquisa cujos resultados sejam extraídos de amostra representativa da sociedade;
2. Definir o público-alvo;
3. Calcular a taxa de desemprego.

1. No Brasil, as duas principais instituições responsáveis pelas estimativas das taxas de emprego e desemprego são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE** e a Fundação **SEADE**.

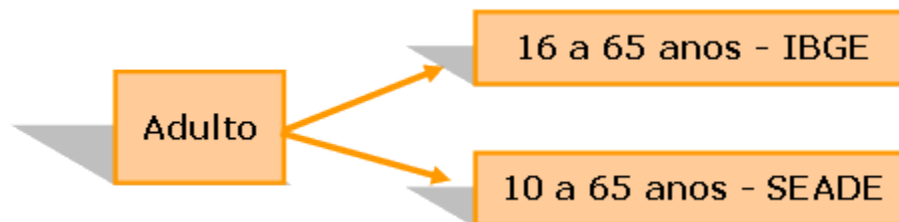
- **A Pesquisa Mensal de Emprego – PME** é periodicamente realizada pelo IBGE. Toma por base amostra mensal de 38.000 domicílios, que cobrem as seis maiores regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre).
- **A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED** é realizada pela Fundação SEADE, com um universo mensal de pesquisa de 3.000 domicílios, localizados nos 38 municípios pertencentes a Grande São Paulo.

10

2. Definir o **público-alvo** a ser atingido. Antes de calcularmos as taxas de desemprego, é preciso identificar alguns elementos, como:

- **População Adulta ou População em Idade Ativa – PIA** - que representa todas as pessoas que potencialmente poderiam estar trabalhando.

Classificar uma pessoa como adulta é uma tarefa bastante difícil, visto que, ao longo da história, pessoas com pouca idade desempenham tarefas consideradas como de adultas. Para fins de análise de mercado de trabalho, são utilizados alguns parâmetros definidos pela idade biológica para determinar se uma pessoa está ou não em idade de trabalhar.



Considera-se, para efeito das estatísticas de mercado de trabalho, como pessoa adulta ou em idade de trabalhar todos os indivíduos com a faixa etária de 16 a 65 anos pelo IBGE e de 10 a 65 anos pela Fundação SEADE. Segundo os dados da PME, em 1999, a PIA das seis maiores regiões metropolitanas do país era, aproximadamente, formada por 31.507.105 pessoas.

11

Cabe ressaltar que o **IBGE** trabalha de acordo com as recomendações da **Organização Internacional do Trabalho – OIT**, enquanto a Fundação SEADE não o faz diretamente.

- **Força de Trabalho ou População Economicamente Ativa – PEA** – é composta de todas as pessoas que estão empregadas mais as desempregadas. Segundo as estimativas da PME, em 1999, a População Economicamente Ativa das seis principais Regiões Metropolitanas do país era de 17.721.119 de pessoas. Desse total, 16.386.602 estavam ocupados.
- Existe também o conceito de **Fora da Força de Trabalho ou População não Economicamente Ativa ou Inativos**, que representa as pessoas que não procuram um emprego e que não estão empregadas. Isto é, pessoas que não estão presentes na PEA. Em 1999, os dados da PME indicavam a existência de 13.335.984 de pessoas que não pertenciam à PEA.

Desse modo, a PIA (População em Idade Ativa) é formada pela PEA mais as pessoas fora da Força de Trabalho.

12

3. Calcular as taxas de desemprego – para tanto, definimos a taxa de desemprego como: **a razão entre o número de desempregados e o total da PEA.**

Taxa de Desemprego =	Número de Desempregados
	PEA (Empregados + Desempregados)

Taxas de Desemprego nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas entre 1980 e 2002

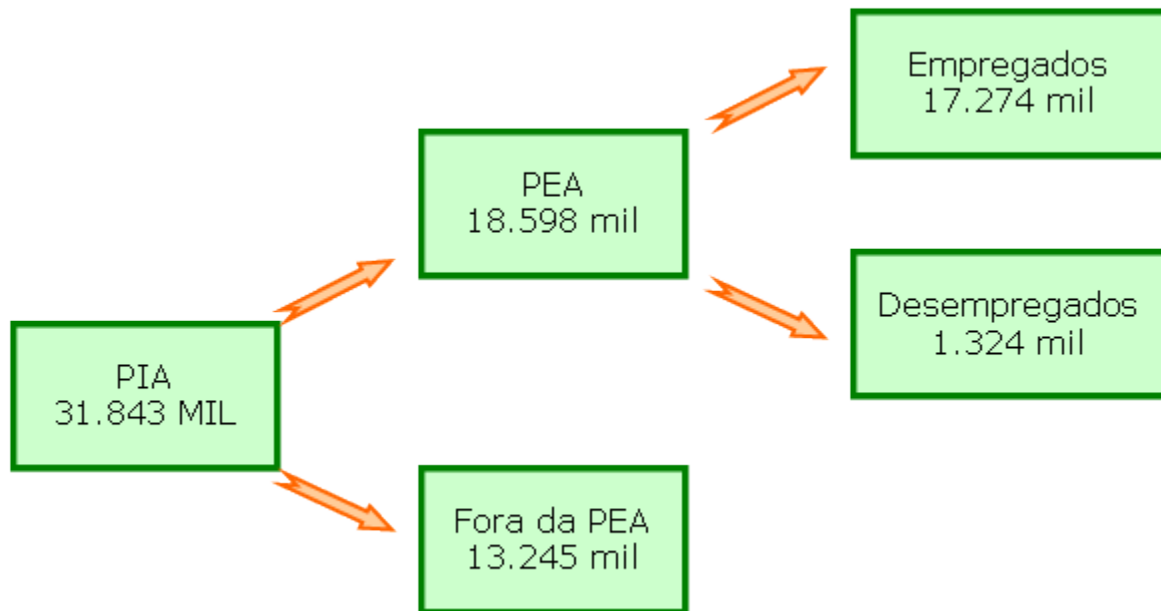
	Brasil	RJ	SP	BH	POA	REC	SAL
1980	6,5	7,5	5,6	Nd.	Nd.	Nd.	Nd.
1981	7,9	8,6	7,3	9,0	5,8	8,6	9,0
1982	6,3	6,5	6,0	7,0	5,3	7,5	6,3
1983	6,7	6,2	6,8	7,8	6,7	8,0	5,6
1984	7,1	6,8	6,8	8,3	7,0	9,0	7,7
1985	5,3	4,9	5,0	5,7	5,4	7,2	6,0
1986	3,6	3,5	3,3	3,7	3,9	4,4	4,5
1987	3,7	3,2	3,8	3,9	3,9	5,2	4,1
1988	3,8	3,1	4,0	4,0	3,6	5,6	4,6
1989	3,3	2,8	3,4	3,4	2,6	5,3	4,4
1990	4,3	3,5	4,5	4,1	3,7	5,7	5,4
1991	4,8	3,6	5,5	4,1	4,4	5,9	5,9
1992	5,7	4,0	6,5	4,8	5,5	8,6	6,8
1993	5,3	4,1	5,7	4,5	4,0	8,9	6,6
1994	5,1	4,1	5,4	4,3	4,1	6,8	7,1
1995	4,6	3,4	5,2	3,8	4,5	5,5	6,7
1996	5,4	3,7	6,3	4,6	5,9	5,7	6,8
1997	5,7	3,7	6,6	5,1	5,5	5,9	7,7
1998	7,6	5,4	8,6	7,2	7,3	8,7	9,3
1999	7,6	5,4	8,3	7,7	7,2	8,2	9,9

2000	7,1	5,2	7,5	7,8	7,2	7,9	9,8
2001	6,2	4,4	6,4	7,4	5,5	7,8	8,9
2002	7,2	5,4	8,4	7,1	5,8	7,2	7,6

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego.

13

Situação do Mercado de Trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas do país em agosto de 2000.



Fonte: IPEA/PME

14

2 - TIPOS DE DESEMPREGO

As pessoas são consideradas desempregadas quando não conseguem obter ocupação. **Quais as principais razões que levam as pessoas a serem desempregadas?**

Quando são demitidas e saem em busca de outro emprego.
Quando pedem demissão e passam a procurar outro emprego.
Quando entram e saem da PEA, isto é, deixam de ser inativas e passam a ser ativas ou vice-versa.

O desemprego é classificado em três tipos de acordo com suas causas:
Desemprego friccional, estrutural e cíclico.

Desemprego Friccional – é resultante do fluxo de entrada e saída de pessoas do mercado de trabalho e da criação e fechamento dos postos de trabalho.



15

Desemprego Estrutural – é resultante das modificações ocorridas nos empregos gerados pelo mercado de trabalho e pela incapacidade da mão de obra atual em absorver tais empregos. Também denominado desemprego tecnológico.



Desemprego Cíclico – é resultante do caráter cíclico da economia. Ao longo do ano, existem períodos em que atividade econômica cresce com maior intensidade. Por exemplo: nos meses de agosto a novembro, a indústria aumenta sua produção voltando-se para as encomendas do Natal. Por outro lado, após o Natal, a produção cai. Assim, o desemprego é associado ao ciclo da economia.



3 - TAXA NATURAL DE DESEMPREGO

Representa uma média histórica das taxas mensais de desemprego apresentadas por uma economia durante determinado período de tempo. Em torno desta média, as taxas de desemprego a curto prazo estão sempre relacionadas ou acima ou abaixo da média histórica.

A tabela a seguir apresenta taxas de desemprego de alguns países desenvolvidos: Estados Unidos, Reino Unido, Itália, França, Canadá e Japão. Com base nesses resultados, pode-se constatar que cada economia apresenta uma taxa média diferente.

Em linhas gerais, as taxas mais elevadas se encontram nos países europeus e Canadá, enquanto no Japão ela é a mais baixa. Já o Brasil apresenta uma média na taxa de desemprego equivalente à da Alemanha.

País/Ano	EUA	Reino Unido	França	Itália	Alemanha	Canadá	Japão	Brasil
1980	7,1	7,0	6,5	4,4	2,8	7,5	2,0	6,5
1981	7,6	10,5	7,6	4,9	4,0	7,6	2,2	7,9
1982	9,7	11,3	8,3	5,4	5,6	11,0	2,4	6,3
1983	9,6	11,8	8,6	5,9	6,9	11,9	2,7	6,7
1984	7,5	11,8	10,0	5,9	7,1	11,3	2,8	7,1
1985	7,2	11,2	10,5	6,0	7,2	10,5	2,6	5,3
1986	7,0	11,2	10,6	7,5	6,6	9,6	2,8	3,6
1987	6,2	10,3	10,8	7,9	6,3	8,9	2,9	3,7
1988	5,5	8,6	10,3	7,9	6,3	7,8	2,5	3,8
1989	5,3	7,3	9,6	7,8	5,7	7,5	2,3	3,3
1990	5,6	7,0	9,1	7,0	5,0	8,1	2,1	4,3
1991	6,8	8,9	9,6	6,9	4,3	10,4	2,1	4,8
1992	7,5	10,1	10,4	7,3	4,6	11,3	2,2	5,7
1993	6,9	10,5	11,8	10,2	5,7	11,2	2,5	5,3
1994	6,1	9,6	12,3	11,3	6,5	10,4	2,9	5,1
1995	5,6	8,8	11,7	12,0	6,5	9,5	3,2	4,6
Média	7,0	9,7	9,9	7,4	5,7	9,7	2,5	5,3

4 - POR QUE ALGUMAS PESSOAS NÃO ESTÃO NA PEA?

Algumas razões explicam por que uma pessoa ou um grupo de pessoas não estão procurando emprego ou trabalhando? São elas:

- **A continuação dos estudos.** Algumas pessoas podem postergar sua entrada no mercado de trabalho para continuar seus estudos. Um maior grau de escolaridade poderá proporcionar ao estudante ocupações que lhe oferecem uma maior remuneração no futuro.



- **Matrimônio** - Para as mulheres, em geral, o casamento representa um forte motivo para que saiam do mercado de trabalho. Esse fenômeno acontece, em geral, com maior intensidade em sociedades predominantemente rurais.



18

- **Maternidade.** As mulheres quando entram em período de gestação não dispõem de tempo para procurar sua sobrevivência no trabalho. A relação trabalho x sobrevivência financeira x cuidado com os filhos é colocada em questão e elas saem do mercado de trabalho. Cabe ressaltar que as mulheres ingressam no mercado de trabalho da mesma forma que os homens, porém, elas saem da PEA no período de procriação. Todavia, quando os filhos já estão mais crescidos, elas voltam ao mercado de trabalho.



- **Melhoria nas condições financeiras das famílias.** Para a maior parte da população, o trabalho é a única fonte de recursos para a sobrevivência. Trabalha-se mais para se garantir uma qualidade de vida melhor. Todavia, algumas pessoas não têm necessidade de trabalhar para garantir sua sobrevivência, porque têm outras fontes de renda.



19

- **Aposentadoria antes dos 65 anos.** Após trabalhar durante toda sua vida adulta e contribuir com um fundo de previdência, o trabalhador tem como prêmio o direito a um descanso remunerado. Provavelmente, esse descanso ofereça condições para que o aposentado não continue a trabalhar.



- **Desistência de procurar emprego.** Para grande contingente de trabalhadores desempregados, a busca por nova ocupação torna-se difícil. Uma parcela considerável, após procurar trabalho e não encontrar, desiste de procurar emprego. Tais razões devem-se, principalmente, à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, desemprego tecnológico e idade do trabalhador.



20

Atenção! Basta que algumas dessas pessoas saiam da inatividade para que retornem à PEA. Nesse caso, quando uma pessoa aposentada com menos de 65 anos volta a procurar emprego, ela deixa de ser considerada inativa e passa ser desempregada (ativa).

Por outro lado, se uma pessoa empregada ganhar na loteria e desistir de trabalhar, ela estará saindo da PEA e ficando somente na PIA.

Para as mulheres, entre essas e outras razões como: matrimônio, procriação da espécie e condições culturais, fazem com que grande parte da população feminina não esteja no mercado de trabalho como pessoas ativas.

Por estes motivos, a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho é, em geral, inferior à masculina. A tabela de “Taxa de Participação por Gênero: 1991 a 2002 (%)”, logo a seguir, sintetiza essa realidade no Brasil.

21

5 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO

A taxa de Participação ou de Atividade mostra o percentual de pessoas em idade de trabalhar que estão trabalhando ou procurando emprego.

Em linhas gerais, pode-se constatar que as taxas estão declinando tanto para homens como para mulheres. Uma das razões para a existência desse fenômeno pode estar:

- na incapacidade do mercado em absorver novos trabalhadores;
- no aumento ou na permanência de jovens e adolescentes em escolas;
- nas campanhas de combate ao trabalho infantil etc.

Taxa de Participação por Gênero: 1991 a 2002 (%)

Média Anual	Total	Homens	Mulheres
1991	61,0	80,0	44,3
1992	59,5	78,3	42,7
1993	58,8	77,1	42,5
1994	59,3	77,2	43,4
1995	59,6	76,7	43,9
1996	58,5	76,3	44,9
1997	58,2	74,7	44,3
1998	58,1	73,7	44,5

1999	57,0	73,2	43,9
2000	58,0	72,7	45,2
2001	56,5	71,0	43,9
2002	56,8	70,5	45,0

Quando se observa o resultado por gênero, constata-se que a mulher apresenta resultados inferiores aos apresentados pelos homens. Para justificar esse quadro, existem diversas explicações. Entre elas estão:

- Condições culturais que levam a mulher a permanecer em casa;
- Casamento;
- Período de gestação.

Mesmo em sociedades mais industrializadas, as taxas de participação feminina no mercado de trabalho são mais baixas que as dos homens. Essas estatísticas, todavia, não contabilizam o trabalho doméstico desempenhado pelas trabalhadoras, pois as mulheres possuem uma dupla jornada, uma dentro de casa com seus afazeres domésticos e outra na linha de produção.

22

RESUMO

Neste módulo, aprendemos os conceitos básicos de mercado de trabalho utilizados pelos analistas econômicos; neste universo, apresentamos o que significa PEA, PIA e indicadores, como: taxa de emprego e desemprego.

Também foi visto o processo de construção de um índice que apresente as taxas de emprego e desemprego, bem como as razões que levam as pessoas a não estarem nem trabalhando nem procurando emprego, entre as quais, pode-se relacionar: desistência de procurar emprego, continuação dos estudos, condições financeiras etc.

O desemprego apresenta diversas facetas que podem ser manifestadas de várias maneiras, como: desemprego estrutural, desemprego friccional e desemprego cíclico.

Quanto à participação dos trabalhadores no mercado de trabalho, constata-se que a participação da mulher no mercado de trabalho é, em geral, inferior à masculina. Estes resultados se devem a um conjunto de fatores, desde condições culturais, maternidade até o casamento.

UNIDADE 4 – EMPREGO E O DESEMPREGO

MÓDULO 2 – O MERCADO DE TRABALHO

01

1 - MERCADO DE TRABALHO

Como as forças que compõem a economia conseguem determinar as taxas de desemprego?

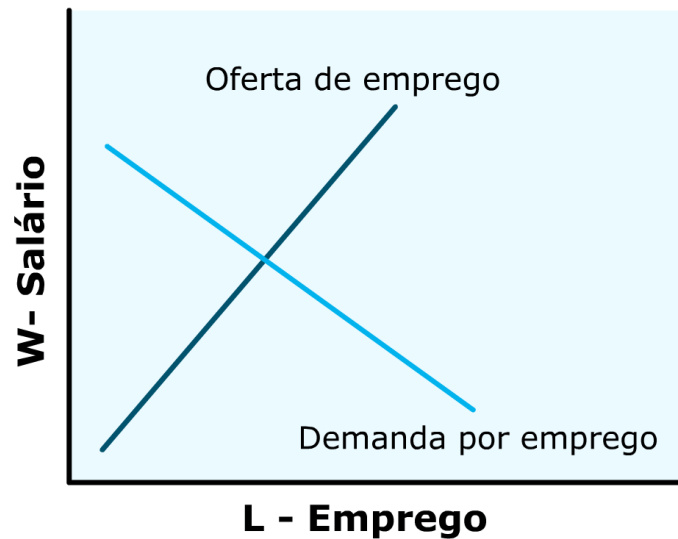
O primeiro passo para encontrar a resposta está nas duas principais forças do mercado de trabalho:

- a oferta;
- a procura por trabalho.

A taxa de desemprego é determinada pelo mercado de trabalho, que é composto de:

- curva de oferta de mão de obra;
- curva de demanda por trabalho.

A interseção dessas curvas permite definir um salário de equilíbrio ou um salário de mercado, além do nível de emprego.



Com base no nível de emprego e no total da PEA, podemos tirar duas taxas:

- de emprego;
- de desemprego.

População Economicamente Ativa

02

2 - OFERTA POR TRABALHO

A longo prazo, a quantidade de pessoas que desejam trabalhar pode ser explicada por fatores como:

Salário pago pelas empresas (W). Quanto maior o salário pago pelas empresas, maior será a quantidade de pessoas dispostas a aceitar trabalhar;

Relação entre o trabalho e o lazer (Z). As pessoas podem relacionar seus desejos de trabalhar com suas horas de lazer disponíveis. Todavia, algumas pessoas preferem sacrificar seu lazer em troca de remuneração. Quanto maior for a quantidade de horas trabalhadas, maior será a remuneração final. Todavia, alguns trabalhadores não aceitam trocar suas horas de lazer por trabalho.

Por exemplo: um dia tem aproximadamente 24 horas. Destas horas, em geral, 8 são dedicados aos trabalhos diários na firma, restam portanto, preencher as 16 horas que faltam. Estas 16 horas representam o tempo que o trabalhador tem para descansar, dormir, conviver com sua família etc.

03

Trabalhadores que ingressam no mercado (T). A cada ano, ingressa no mercado de trabalho grande quantidade de jovens e adolescentes, que entram na Idade Ativa. Esse fluxo de novos trabalhadores é um reflexo diretamente causado pelo crescimento populacional.

Migrações – A entrada e a saída de grande contingente de trabalhadores podem influenciar o mercado de trabalho. Em alguns países do Oriente Médio, por exemplo, grande parte da mão de obra é constituída de trabalhadores estrangeiros.

O tamanho da população (P) influencia a oferta de trabalho. Quanto maior for a população, maior será a quantidade de empregos que a economia deverá gerar. Uma população reduzida implica menores pressões para a economia gerar novos postos de trabalho e absorver as pessoas.

$$L^s = f(W, Z, T, P, etc)$$

04

A curto prazo, podemos conceituar a curva de oferta de trabalho como a relação entre a quantidade de trabalhadores que estão dispostos a trabalhar e o nível de salários pagos (mantendo-se constantes os demais fatores). Quanto maiores forem os salários oferecidos pelo mercado, maiores serão as quantidades de trabalhadores dispostos a trabalhar.

$$L^s = f(W, \bar{Z}, \bar{T}, P, \text{etc})$$

O exemplo abaixo considera o mercado de trabalho de diaristas domésticos e mostra a relação positiva entre o número de pessoas dispostas a trabalhar e os salários pagos. Com base nesta relação, a cada real em que o salário é aumentado, acrescentam-se três novos trabalhadores dispostos a trabalhar.

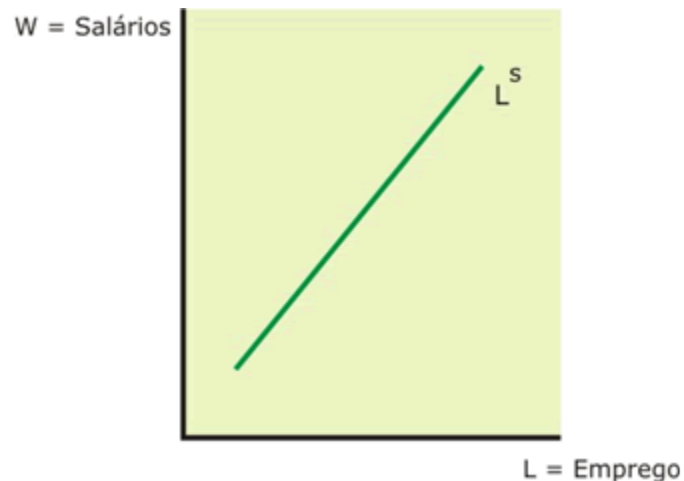
W	L ^s
10	50
12	56
14	62
16	68
18	74
20	80

Com base na tabela anterior, podemos expressar a oferta de trabalho por meio de uma função linear.

Nesse caso: $L^s = 20 + 3W$

em que: L^s = Curva de Oferta de Trabalho

Graficamente, a curva de oferta de trabalho de diaristas domésticos ficaria assim:



05

3 - DEMANDA POR TRABALHO

A longo prazo, a quantidade de postos de trabalho que as empresas desejam preencher pode ser explicada por fatores tais como:

- **O salário pago pelo mercado (W).** Quanto menor for o salário pago pelas empresas, maior será a quantidade de trabalhadores que estarão dispostas a contratar.
- **A produtividade do Trabalhador (N).** Quanto maior for a produtividade do trabalhador, maior será o desejo das firmas em contratá-lo. O trabalhador com uma produtividade maior consegue realizar a mesma produção feita por um trabalhador menos produtivo em um período de tempo menor e com uma maior economia de materiais.
- **O preço do Bem (P)** é um elemento fundamental para a oferta de trabalho. Se tomarmos como exemplo a construção civil, quanto maior for o preço de um apartamento, maior será sua lucratividade (Mantendo-se constantes os custos de produção). Uma lucratividade mais elevada provocará entrada de novas firmas dispostas a construir novos apartamentos e, por conseguinte, aumentarão o número de postos de trabalho.

$$L^d = f(W, N, P, \text{etc.})$$

06

No curto prazo, pode-se conceituar a curva de demanda de trabalho como:

A relação entre a quantidade de postos de trabalho que as empresas desejam contratar em comparação com o nível de salários pagos (Mantendo-se constantes os demais fatores).

$$L^d = f(\overline{W}, \overline{N}, \overline{P}, \text{etc})$$

O quadro a seguir apresenta a relação negativa entre o número de postos de trabalho abertos pelas empresas e os salários pagos.

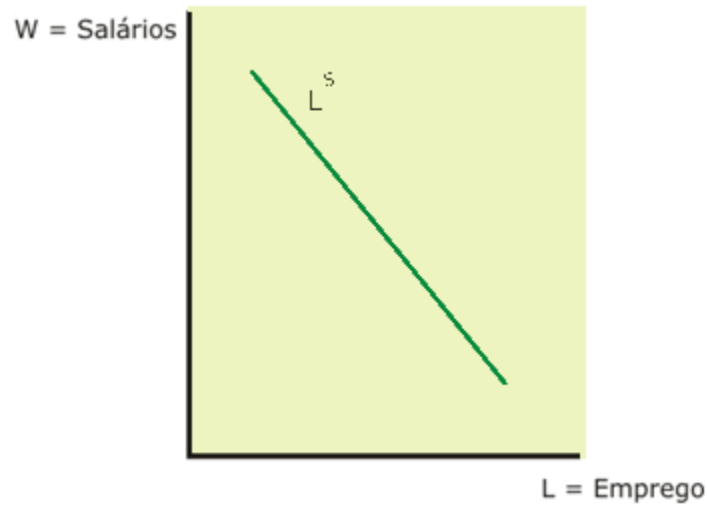
Continuando com o exemplo do mercado de trabalho de diaristas domésticos, cada dois reais de aumento que elas receberem representará a redução de 4 postos de trabalho na quantidade de trabalhadores que as empresas desejam contratar.

W	L ^D
10	80
12	76
14	72
16	68
18	64
20	60

Com base na tabela anterior, podemos expressar a demanda de trabalho dos diaristas por meio de uma função linear. Nesse caso:

$L^D = 100 - 2W$. Em que: L^D = Curva de Demanda de Trabalho.

Graficamente, a curva de demanda por trabalho de diaristas domésticos pode ser expressa da seguinte forma:



07

4 - EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO

O equilíbrio no mercado de trabalho ocorre quando as curvas de oferta e demanda por trabalho se encontram. Em uma situação de equilíbrio, a quantidade de pessoas que desejam trabalhar será igual à quantidade de postos de trabalho que as empresas desejam contratar.

O primeiro passo a ser seguido será o de igualar as duas curvas: Sabendo-se que:

$$L^S = 20 + 3W \text{ e } L^D = 100 - 2W. \text{ Então:}$$

$$L^S = L^D$$

$$20 + 3W = 100 - 2W$$

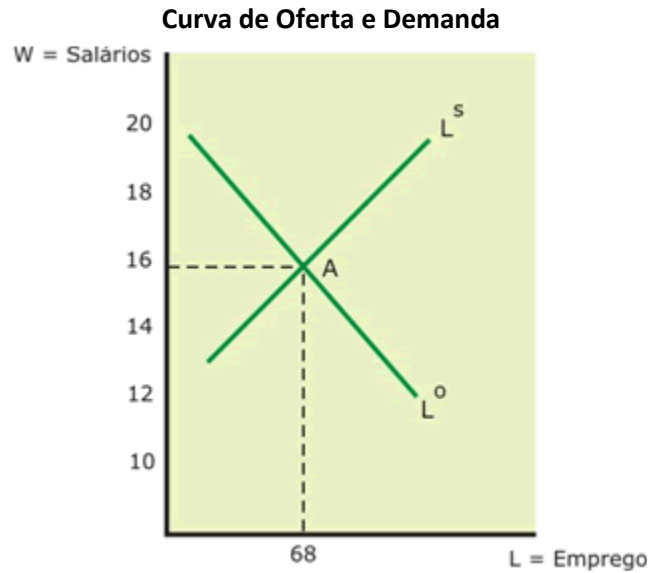
$$W = 16$$

Então, substituindo o valor de W nas equações, temos:

$$L^S = 20 + 3 \times 16 = 68$$

$$L^D = 100 - 2 \times 16 = 68$$

Com base nas curvas de oferta e demanda por trabalho, o salário de equilíbrio será de R\$ 16 reais. Podemos, também, determinar o número de pessoas que estarão trabalhando. Para tanto, é necessário substituir o valor do salário de equilíbrio (R\$ 16,00) na curva de oferta ou de demanda. A resposta será: 68 pessoas empregadas. Vejamos o seguinte gráfico.

**08**

O salário de equilíbrio de mercado é conhecido também como salário de mercado. Como se sabe, o mercado determina os salários. Então é possível perguntar: Qual será o nível de emprego quando o mercado de trabalho não estiver em equilíbrio?

Quando o mercado de trabalho não estiver em equilíbrio, o número de pessoas dispostas a trabalhar e o número de empregos abertos pelas empresas não serão iguais.

Com base nas curvas de oferta e demanda, podemos verificar que, por um lado, quando o salário for de R\$ 10,00, 50 pessoas desejarão trabalhar por este salário e as empresas desejarão contratar 80 empregados. Por outro, quando as diárias estiverem a R\$ 20,00, as empresas estarão dispostas a contratar 60 trabalhadores enquanto 80 pessoas estarão dispostas a trabalhar como diaristas domésticos. Em ambos os casos, o nível de emprego não será igual ao de equilíbrio.

No primeiro caso, o nível de emprego será de 50 empregados.

No segundo caso, de 60 empregados.

W	L _s	L _d	Situação do Mercado de Trabalho	Emprego
10	50	80	Demanda maior que a oferta	50
12	56	76	Demanda maior que a oferta	56
14	62	72	Demanda maior que a oferta	62
16	68	68	Equilíbrio de mercado	68
18	74	64	Oferta maior que a demanda	64
20	80	60	Oferta maior que a demanda	60

09

5 - SALÁRIO DE MERCADO E A PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA

Muitas vezes perguntamos por que os salários de São Paulo são mais elevados que os de Salvador. Os dados da PME mostram que em novembro de 2002, o salário médio de um trabalhador paulistano era de R\$ 832,13; enquanto o do soteropolitano era de R\$ 380,05. Por que eles são tão diferentes se têm como base o princípio da lei da oferta e da procura?

Uma resposta sempre lembrada pelos estudantes de economia é que o custo de vida de Salvador é mais barato que o de São Paulo. Todavia, a resposta a essa questão passa pelo desempenho da atividade econômica. Quando a economia está em ritmo crescente, isso implica maior nível de atividade e consequentemente maior oferta de emprego. Quando a economia está apresentando um ritmo de crescimento muito baixo ou reduzindo sua atividade, o nível de emprego, consequentemente, é reduzido.

Nascido em Salvador

10

O conceito de produtividade é representado pelo valor da quantidade de bens e serviços que cada habitante produz.



Quanto maior for este valor, mais produtiva será a força de trabalho. Por outro lado, quanto menor for este valor, menos produtiva será a força de trabalho.

A Produtividade é obtida pelo valor da produção dividido pelo seu número de habitantes.

Produtividade =	Produção
	Número de habitantes

Quanto mais produtivos forem os trabalhadores, maiores serão as quantidades de bens e serviços que eles podem produzir, e conseqüentemente, maiores serão as suas remunerações e vice-versa.

11

Assim, a produtividade da economia está associada diretamente aos salários pagos por ela. Quanto mais produtiva for uma economia, mais altos serão os salários pagos. Por outro lado, quanto menos produtiva for a economia, mais reduzidos serão os salários pagos.

É claro que esta relação não proíbe que alguém tenha salários extremamente altos em regiões pobres ou o contrário, salários extremamente baixos em regiões ricas.

Neste caso, podemos fazer uma analogia direta entre a produtividade de uma economia e a sua renda *per capita*. Já que a renda *per capita* mostra a divisão da riqueza criada pelo número de habitantes.

Renda Per Capita =	Produto Interno Bruto
	Número de Habitantes

Assim, a principal razão de São Paulo ter salários mais altos do que os de Salvador está na diferença de produtividade de cada região. São Paulo paga mais porque apresenta maior produtividade e Salvador paga menos porque é menos produtiva.

12

RESUMO

O mercado determina os salários e, nesse modelo, as leis da oferta e da procura por trabalho são peças essenciais para fixação dos salários de mercado.

A correlação entre as condições de economia, no que tange ao seu grau de desenvolvimento e sua capacidade de pagar salários mais elevados, é uma forte indicação do papel da produtividade. Isto é, quanto maior for a produtividade dessa economia, maiores serão os salários médios pagos por ela.

Assim, uma forte razão para explicar o porquê dos salários pagos por um trabalhador médio angolano e um trabalhador médio americano está na diferença de produtividade da economia como um todo.

UNIDADE 4 – EMPREGO E O DESEMPREGO

MÓDULO 3 – FATORES QUE PODEM INFLUENCIAR O MERCADO DE TRABALHO

01

1 - MERCADO DE TRABALHO EM DESEQUILÍBRIO

Que elementos podem proporcionar uma situação fora do equilíbrio inicial no mercado de trabalho?

Vários fatores podem, momentaneamente, fazer com que o mercado de trabalho fique fora do seu equilíbrio inicial. Por exemplo, se o governo decidir fixar um salário mínimo acima do equilíbrio de mercado, o que acontecerá com o nível de emprego?

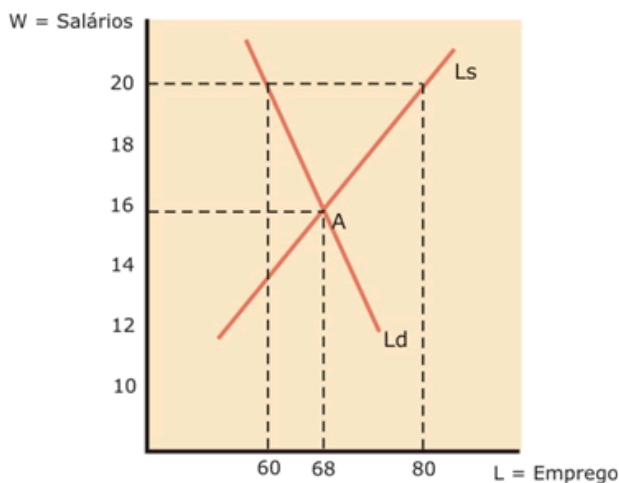
Para melhor compreensão, vamos supor que a oferta de trabalho seja dada pela seguinte expressão: $L_s = 20 + 3W$ e a demanda por trabalho, por: $L_d = 100 - 2W$.

Em nosso exemplo, vamos supor que o governo decida fixar a remuneração mínima dos trabalhadores em R\$ 20,00 reais por diária de trabalho. Como o salário de mercado é de R\$ 16,00; haverá, portanto, uma diferença entre a quantidade de trabalhadores que desejam trabalhar a este rendimento e o número de postos de trabalho abertos pelas firmas.

02

Por R\$ 20,00, 80 pessoas estariam dispostas a trabalhar, mas por este mesmo valor somente seriam abertas 60 postos de trabalho. Consequentemente, o emprego cairia de 68 para 60, reduzindo-se, assim, em 8 postos de trabalho. Como consequência deste desequilíbrio, a taxa de desemprego aumenta, passando de 15% (12/80) para 25% (20/80).

Mercado de Trabalho em Desequilíbrio

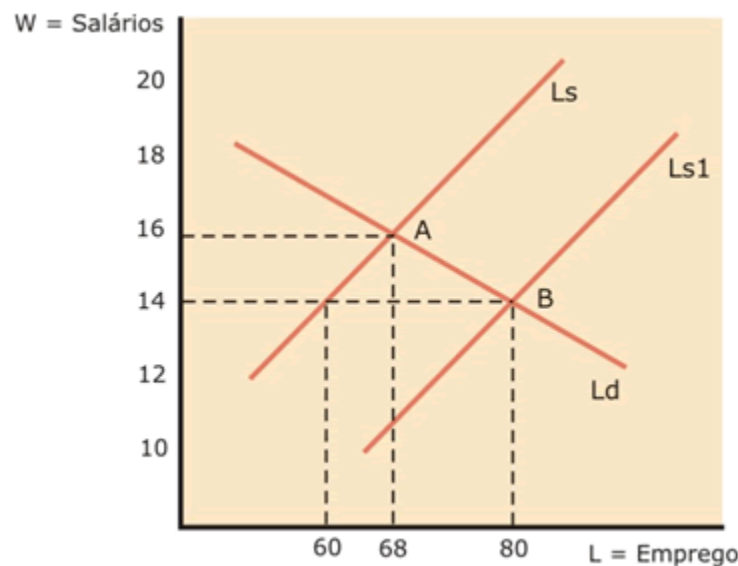
**03**

2 - EFEITOS SOBRE O MERCADO NO AUMENTO DA OFERTA

Quais seriam os efeitos sobre o mercado de trabalho se a oferta de trabalho aumentasse? Para que isto ocorra, é necessário que a quantidade de pessoas dispostas a trabalhar também aumente, independente do salário pago. O que poderá provocar tal efeito, supondo que a demanda por trabalho permaneça inalterada?

A curto prazo, as possibilidades de aumentos inesperados na oferta de trabalho são praticamente nulas. É bem mais provável verificar esses efeitos quando medidos a longo prazo nas seguintes situações: aumento da população; entrada de novos imigrantes; mudanças na relação trabalho/lazer etc.

Aumento na oferta de trabalho



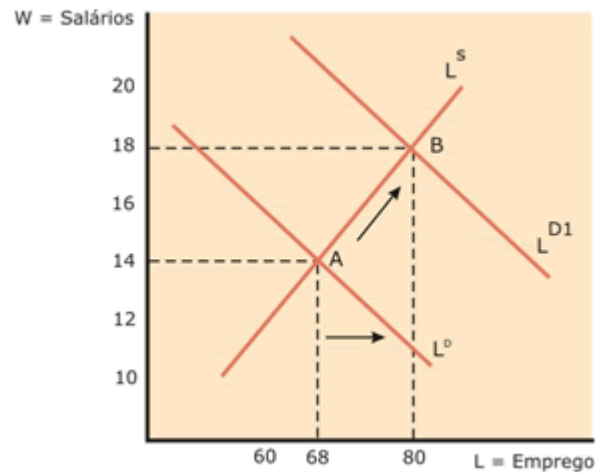
O aumento na oferta de trabalho provoca uma redução dos salários pagos pelo mercado e aumento no nível de emprego. Se a oferta de trabalho fosse reduzida, os efeitos seriam: redução no nível de emprego e aumento dos salários pagos.

04

3 - EFEITOS DO AUMENTO NA DEMANDA POR TRABALHO

Quais seriam os efeitos sobre o mercado de trabalho se as empresas passassem a demandar mais trabalhadores ou se verificassem o contrário? Quais seriam os impactos sobre o emprego e salário pago?

No gráfico abaixo, um aumento na demanda por trabalho provoca um aumento nos salários pagos e aumento no nível de emprego.

Aumento na Demanda por Trabalho**05****4 - MODELO DO SALÁRIO EFICIENTE**

Por que algumas empresas pagam salários acima do mercado?



Algumas empresas adotam uma tática diferente no que tange às suas relações trabalhistas. Essas empresas optam por pagar uma remuneração acima do que outras empresas pagam pela mesma função. Essa prática tem a finalidade de aumentar a produtividade dos trabalhadores e consequentemente reduzir os custos de produção.

Existem alternativas que possibilitam explicar os efeitos sobre a produtividade dos trabalhadores quando as empresas resolvem pagar salários mais elevados do que o determinado pelo mercado, por exemplo:

06

- a) Com uma remuneração mais elevada, os trabalhadores poderiam ter uma alimentação melhor e dispor de recursos para se tratar em caso de uma eventualidade médica. Como a probabilidade de que trabalhadores bem alimentados fiquem doentes é bem menor do que aqueles que se alimentam mal, eles provavelmente ficarão menos tempo ausentes do emprego e consequentemente a produção não sofrerá interrupções;
- b) Com um salário mais elevado, os trabalhadores pensariam duas vezes em largar seus empregos, pois teriam sérias dificuldades em encontrar um empregador que pagasse essa remuneração. Com essa medida, reduz-se também a rotatividade da mão de obra e aumentaria o esforço do trabalhador.

A probabilidade de contratar trabalhadores mais eficientes aumenta quando a firma paga salários mais elevados e, com isso, ela pode reduzir os custos de produção. Isso é possível porque os trabalhadores mais qualificados percebem remuneração mais elevada do que aquela que os trabalhadores menos qualificados aceitam.

07

Exemplo 1: Para a construção de um muro em volta de uma casa, será necessário o uso de 10 milheiros de tijolos furados. O proprietário da casa tem à disposição três opções: contratar José, Manoel e Paulo. José aceita trabalhar por R\$ 5,00 a hora, enquanto os outros dois trabalhadores aceitam fazer o mesmo serviço por R\$ 3,00 e R\$ 2,50 respectivamente. Todavia, o responsável pelo serviço não conhece a produtividade de cada um.

Trabalhador A (José) – Mais produtivo

Faz o serviço em 12 horas

Custo do Trabalho = 12 horas x R\$ 5,00 = R\$ 60,00

Trabalhador B (Paulo) – Menos produtivo

Faz o serviço em 30 horas

Custo do Trabalho = 30 horas x R\$ 2,50 = R\$ 75,00

08

Se o proprietário da casa resolve pagar pouco, ele poderia, naquele momento, imaginar que estaria fazendo uma boa redução dos custos da construção. Porém, o custo total do trabalho de Paulo (hora de trabalho = R\$ 2,50) representa R\$ 75,00; e de Manoel (hora de trabalho = R\$ 3,00) seria de R\$ 72,00.

Contudo, isto nem sempre acontece. Em geral, os trabalhadores mais produtivos começam a trabalhar com salários mais altos do que os de menor produtividade. Para estes trabalhadores, salários mais baixos não constituem um bom incentivo para o trabalho. Para eles o custo de oportunidade de ficar em casa é bem maior.

Todavia, se o dono da casa fosse menos avarento, isto é, ele pagasse R\$ 5,00 a hora trabalhada, ele contrataria uma mão de obra mais eficiente, e consequentemente, seu custo final seria bem menor do que o apresentado pelos trabalhadores menos qualificados (R\$ 60,00). Em outras palavras, pagando-se mal, a probabilidade de ter um custo de produção mais elevado é maior.

09

5 - PODER DE BARGANHA DOS SINDICATOS

Até agora aprendemos que, quando o salário é fixado acima do equilíbrio de mercado, o nível de emprego tende a ser reduzido. O mesmo efeito sobre o emprego será verificado em setores mais sindicalizados.



Nos setores mais organizados, os trabalhadores conseguem pressionar as negociações salariais para obter níveis acima do equilíbrio de mercado.

No processo de negociações trabalhistas, os sindicatos, tanto de trabalhadores como os patronais, decidem em comum acordo os salários e condições de trabalho para os próximos meses.

À medida que a participação dos sindicatos dos trabalhadores e a sua organização aumenta em um setor da economia, cresce também seu poder de barganha em relação às suas reivindicações. Isto implica que setores menos organizados tendem a conseguir resultados pouco proveitosos.

Poder de Barganha: representa a capacidade de um grupo ou mais de pessoas em negociar acordos em benefício próprio em virtude de sua representatividade.

10

Cabe destacar que, a curto prazo, os efeitos dos ganhos salariais são benéficos para os trabalhadores. Todavia, se não houver um aumento de produtividade, isto implicará aumento dos custos de produção.

Consequentemente, as empresas, na primeira oportunidade, procurarão ajustar-se à nova situação, demitindo primeiro os trabalhadores menos produtivos e reduzindo, portanto, o nível de emprego.

Quando não há um aumento na produtividade do setor, o emprego tende a decrescer, visto que o nível de emprego representa um estoque e a entrada e saída de trabalhadores, um fluxo. Com salários mais altos, a quantidade de trabalhadores que as firmas desejam contratar será inferior à quantidade de trabalhadores que habitualmente saem dos seus empregos.

Claro exemplo de aumento real de salários e redução no nível de emprego está no quadro de pessoal dos metalúrgicos na Região do ABC em São Paulo. De cada 100 postos de trabalho que existiam no início dos anos 80, hoje só restam pouco mais de 30. Para onde foram estes empregos?

A curto prazo, as firmas absorvem aumentos nos custos de produção (lembre-se, trabalhador representa custo para a firma). Todavia, a longo prazo elas podem deslocar sua produção para outras regiões onde a mão de obra é mais barata.



Em resumo, um aumento dos salários acima do equilíbrio de mercado provocará, caso não haja um aumento da produtividade, uma elevação nas taxas de desemprego a longo prazo.

11

6 - A LEGISLAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo no Brasil foi criado nos anos 40 por Getúlio Vargas. Com a introdução do salário mínimo, esperava-se fornecer ao trabalhador uma remuneração que pudesse oferecer uma melhor condição de vida ao empregado.

Se, por exemplo, o salário mínimo é de R\$ 380,00 por mês, é, portanto, alvo de diversas críticas feitas pela sociedade.

Em geral, os críticos estão agrupados em duas correntes:

1. Uma que defende um aumento real no Salário Mínimo. Nela estão alguns economistas que advogam que um salário mínimo mais alto provocaria uma melhora na distribuição de renda e afetaria positivamente o consumo de bens populares: arroz, feijão, macarrão etc.

2. Todavia, outra corrente faz um alerta que se aumentar demasiadamente o salário mínimo, este provocaria um aumento no nível de desemprego e redução na quantidade de trabalhadores com carteira assinada.

Em uma economia bastante homogênea, esses resultados seriam visualizados de maneira bastante simples. Todavia, o Brasil é um país de dimensões continentais e, portanto, bastante heterogêneo, em que cada unidade da federação apresenta uma realidade econômica distinta.

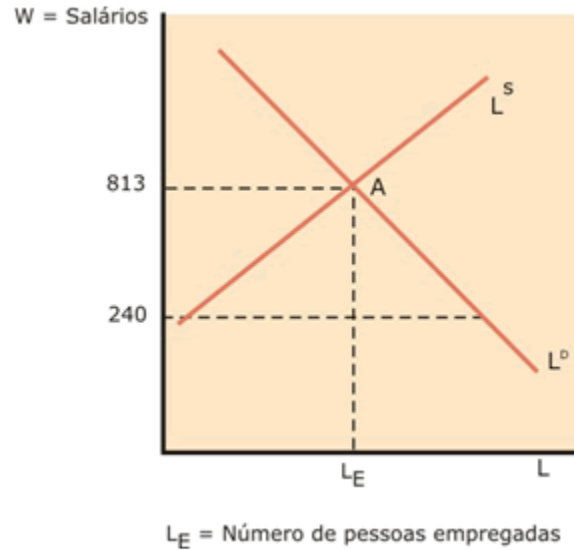
Como visto em módulos anteriores, o salário de mercado é uma consequência direta da produtividade da economia da região ou o retrato fiel da capacidade de sua economia.

12

O que aconteceria com o desemprego se o governo fixasse o salário mínimo em R\$ 250,00?

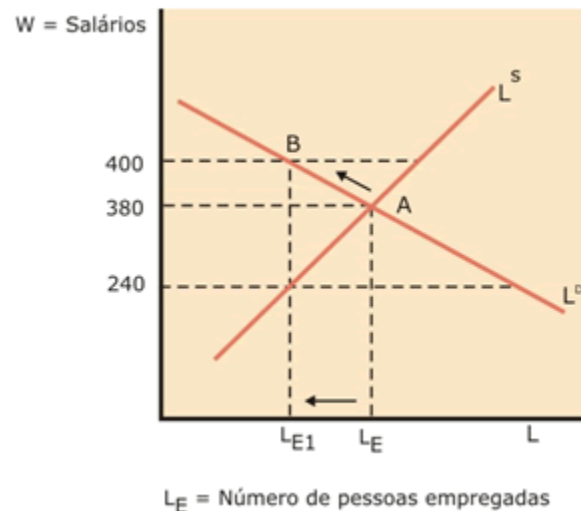
Para responder a esta pergunta, vamos pegar o exemplo da cidade de São Paulo e de Salvador. Nós já sabemos que o salário de mercado em São Paulo é de R\$ 813,00 e de Salvador, R\$ 380,00.

Mercado de Trabalho em São Paulo após o Governo fixar um salário mínimo abaixo do equilíbrio de mercado.



Um salário mínimo de R\$ 240,00 não provoca desemprego em São Paulo, visto que este valor está abaixo do salário de mercado. Neste caso, o mercado ignora a determinação do governo e paga um salário maior.

Mercado de Trabalho em Salvador após o Governo fixar o salário mínimo acima do equilíbrio de mercado.



13

Da mesma forma que em São Paulo o salário mínimo em Salvador está abaixo do valor médio praticado pelo mercado. Todavia, se o governo aumentar o salário mínimo para R\$ 400,00; isso irá provocar modificações no nível de emprego em Salvador, visto que este está acima do equilíbrio de mercado. Nesse caso, as empresas contratarão menos trabalhadores, reduzindo seus custos e diminuindo o emprego.

Por outro lado, em São Paulo, um salário de R\$ 400,00, ainda bem abaixo do mercado, não provocaria nenhuma alteração significativa no nível de emprego.

O salário mínimo pode gerar um aumento do desemprego se fixado acima do equilíbrio de mercado. Porém, se fixado abaixo do equilíbrio, os efeitos práticos serão bastante reduzidos.

14

RESUMO

Quando o mercado de trabalho sai do seu equilíbrio, o nível de emprego diminui e consequentemente aumenta o desemprego.

Entre o conjunto de justificativas e a existência desse desequilíbrio, estão fatores tais como: decisão do governo em fixar um salário mínimo acima da produtividade da economia, passando pelo poder de negociação dos sindicatos mais organizados em obter salários mais elevados; decisão das firmas em pagar salários mais elevados com vistas a contratar trabalhadores mais produtivos e assim reduzir seus custos.